

REMUNERAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E ATRATIVIDADE DA CARREIRA DOCENTE: SÍNTESE DE BASES DE DADOS

Asheley Godoy Delmondes

Resumo

O trabalho objetiva discutir a produção da área sobre remuneração docente registrada nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Grupo de Trabalho 05 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) nas reuniões de 2006 a 2013. O procedimento metodológico foi à busca dos descritores: remuneração docente, precarização do trabalho docente, fundo de manutenção da educação, piso salarial profissional nacional e valorização da carreira docente. Consta-se que a remuneração docente no Brasil compõe a fragilização da carreira, pois, devido aos baixos salários, a precarização se instaurou por meio de contratos temporários e jornadas múltiplas e, somados a desvalorização social, têm conduzido os novos profissionais à carreiras mais valorizadas social e economicamente.

Palavras- Chave: 1. Pesquisa bibliográfica; 2. Política Educacional; 3. Remuneração Docente;

Introdução

O trabalho objetiva discutir a produção da área sobre remuneração docente registrada em bases de dados. A pesquisa se constituiu por uma estrutura de produção bibliográfica e que como técnica de pesquisa utilizou-se da análise dos textos, relacionando as produções já existentes com o nosso objeto de pesquisa – Remuneração de professores de educação básica de escolas públicas no contexto do Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação (FUNDEB) e do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) no interstício de 2006 a 2013.

As bases de dados pesquisadas foram a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) com as seguintes palavras-chave na procura básica: precarização do trabalho docente, remuneração docente, fundo de manutenção da educação, piso salarial profissional nacional e valorização da carreira docente, utilizou-se somente a procura avançada na base do SciELO, com as seguintes palavras: valorização *and* carreira *and* docente. Indicaremos mais adiante os conceitos que nos levaram a adotar as categorias analisadas, compreendendo ser pertinente a essa investigação a delimitação de cada uma a partir do suporte teórico.

Em um primeiro momento obtivemos nos resultados das buscas 304 trabalhos que envolviam de alguma forma as palavras-chave determinadas, contudo, após a filtragem descartamos publicações que envolviam trabalhos da área de educação física, da saúde e educação superior, por não serem pertinentes a nossa investigação em razão de nosso enfoque ser na educação básica e também excluimos aqueles que discutiam somente o fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério (FUNDEF), por não contemplarem o interstício do nosso objeto de pesquisa que envolve os primeiros anos de implementação do FUNDEB.

Após essa seleção apuramos 22 trabalhos entre teses, dissertações, artigos em eventos e em periódicos que se interligavam por meio dos títulos e assuntos com a nossa temática.

As etapas desenvolvidas na pesquisa foram: 1) Busca por títulos de trabalhos que se encontravam em bases de dados e que continham afinidade com a temática; 2) assuntos interligados à educação básica; 3) conhecer trabalhos prévios na área, do autor e/ou orientador e/ou banca de examinação, ressaltando que este não foi eliminatório para a seleção dos textos. Nas buscas nas bases BDTD e SciELO foram utilizados como filtro o país de publicação (Brasil) e todos os índices. Na ANPED, a busca se deu por: a) reuniões nacionais de 2006 a 2013 (tempo de investigação do nosso objeto de pesquisa); b) estar no GT5- Estado e Política Educacional; c) estar relacionado aos descritores.

A seguir, passamos por uma segunda filtragem por meio da leitura dos sumários, resumos e/ou introdução, no caso de trabalhos sem resumo, procurando identificar pela temática abordada se os textos em questão estavam ligados e relacionados com o nosso objeto de estudo e ao que se pretendia analisar. Nesse processo, observamos que muitas vezes o título não expressa aquilo que o conteúdo do trabalho se propõe a investigar e por isso não se relacionavam com a nossa temática, tendo em vista os critérios de seleção que indicamos.

O resultado dessa apuração foi uma listagem de 20 trabalhos na área de educação que tratam da remuneração, precarização e atratividade da carreira docente de forma ampla.

Na tabela 1, 2 e 3 listamos a relação das palavras-chave com o quantitativo de teses, dissertações e artigos de periódicos e completos, período em que foram publicados e respectivas notas qualis, no caso das tabelas da SciELO, e número de reuniões, no caso da ANPED.

Tabela 1 - Listagem de teses e dissertações

Biblioteca de Digital de Dissertações e Teses (BDTD)				
Palavra-chave	Tese	Período	Dissertação	Período

Precarização do Trabalho Docente	1	2012	0	-
Remuneração docente	1	2012	0	-
Fundo de Manutenção da educação	2	2009 e 2012	1	2007
Piso Salarial Profissional Nacional	0	-	1	2010
Valorização docente	1	2009	1	2012

Fonte: Biblioteca de Digital de Dissertações e Teses (BDTD).

Tabela 2 - Listagem de artigos de periódicos

Scientific Electronic Library Online (SciELO)			
Palavra-chave	Artigos	Período	Qualis
Precarização do Trabalho Docente	2	2004 e 2014	A2e A1
Remuneração docente	2	2011 e 2014	A1 e A1
Fundo de Manutenção da educação	1	2007	A2
Piso Salarial Profissional Nacional	1	2013	A2
Valorização docente	3	2012, 2014 e 2014	A1, B1 e A2

Fonte: Scientific Electronic Library Online (SciELO) – artigos de periódicos.

Tabela 3 - Listagem de artigos completos do Grupo de Trabalho 05 – Estado e Política Educacional

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)			
Palavra-chave	Artigos	Período	Reunião
Precarização do Trabalho Docente	1	2012	35°
Remuneração docente	0	-	-
Fundo de Manutenção da educação	1	2007	30°
Piso Salarial Profissional Nacional	1	2010	33°
Valorização docente	0	-	-

Fonte: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) – artigos completos.

Deste modo, passaremos para as primeiras delimitações, começando pelas categorias abordadas neste trabalho. E adiante, apresentaremos os resultantes dos dados qualitativos e empíricos das análises.

Categorias abordadas: uma breve definição

A nova ordem do capital (neoliberalismo) reestruturou o mundo do trabalho, desta forma o número de indivíduos excedentes tornaram-se subproletariados no sistema exploratório do capital, devido a seu sistema de exclusão. Portanto,

[...] o que denominamos subproletarização tardia é constituída pelos trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados, seja na indústria ou nos serviços interiores (ou exteriores) à produção do capital. Nesse caso, tende a predominar o que alguns sociólogos e economistas denominam “informalização” nas relações de trabalho (um eufemismo para a nova precariedade do trabalho assalariado). (ALVES, 1999, p. 148).

Hoje, mais do que nunca, o capital intensifica sua destruição, desempregando e precarizando o trabalho, por meio das flexibilizações, buscando reconstituir a lucratividade do capital social e de acordo com Meszáros (2005), “o remédio para dar seguimento às deficiências e “disfunções” devido ao desemprego crônico em todos os países sob o domínio do capital, em rigorosa conformidade aos parâmetros causais do sistema do capital, é visto em termos de “maior disciplina do trabalho” e “maior eficiência”, resultando de fato na redução dos níveis salariais, na crescente precarização da força de trabalho até nos países capitalistas avançados e no aumento generalizado do desemprego” (MEZSÁROS, 2005, p. 225).

Os efeitos nefastos da crise estrutural do capital atingem a educação no que se refere aos recursos destinados à área, o que é consequência dos cortes no âmbito social. Atinge também a formação escolar do trabalhador, do qual se requer novas qualificações e habilidades, porém sem ampliação dos conhecimentos intelectuais, a fim de conhecer habilidades apenas de interesse da sociedade política e por isso sua capacidade se baseia na constante adaptação ao sistema produtivo, além de precarizar o ingresso à carreira e as condições de trabalho, por isso a escolha pela investigação sobre *a precarização do trabalho docente*.

Por *remuneração docente* compreende-se “o total da remuneração incluindo gratificações e adicionais que podem ser transitórios ou permanente, a depender da regulamentação prevista” (SOUZA; GOUVEIA; ABREU, 2012, p. 318), isto serve para apreender as condições de valorização da profissão docente. Neste sentido, Alves e Pinto (2011) destacam que o nível de remuneração para qualquer profissão e inclusive a docência é fundamental no contexto do sistema educacional atual brasileiro e que por trás desta existem fatores essenciais para uma escola pública de qualidade, tais como: atratividade na carreira,

resultando em alunos/as bem preparados para os cursos de licenciatura, valorização social do professor em um contexto de precarização e flexibilização do trabalho docente e investimentos no setor, uma vez que os salários são custeados por meio do financiamento dos sistemas públicos de ensino.

O Brasil como uma república federativa, propiciou por meio da Constituição Federal de 1988, a descentralização, havendo a repartição das competências pelos entes federal, estaduais e municipais. Bassi (2001) assinala que a criação do FUNDEF, regulamentado pela lei n.º 9.424/1996 e mais tarde do FUNDEB, implantado pela Lei nº 11.494/2007 foi, portanto, mais um mecanismo do governo federal para repassar o ônus aos estados e municípios, tendo como pano de fundo o ajuste econômico e fiscal da política brasileira.

No período determinado para o estudo, o FUNDEB segundo pesquisas feitas nos primeiros anos de implementação (2007-2010) foi “um instrumento que contribuiu de forma geral na definição do piso salarial para o magistério da educação básica. Tornou mais claras as competências educacionais de cada ente de federação em relação ao regime de colaboração, ao definir os recursos para as áreas de atuação prioritária dos entes federados. A partir do ano de 2010, tornou-se vigente a regra de complementação da União de, no mínimo, dez por cento do valor do Fundo.” (FERNANDES, 2013, p. 247).

Foi por meio da criação do FUNDEB que o *piso salarial profissional nacional* para o magistério foi vislumbrado. O PSPN refere-se ao vencimento inicial para qualquer uma das carreiras do magistério, contudo, os valores podem e devem ser elevados pelas unidades federativas que tiverem condições de remunerar melhor a categoria.

Compreende-se que a *valorização docente* se refere às formas de ingresso, formação, composição da jornada de trabalho, progressão na carreira e composição da remuneração de acordo com os planos de carreira e remuneração do magistério. Assim, entendemos que,

O salário não é determinante da valorização do professor. Mas ele expressa, simboliza, manifesta como que um grau de valorização. E o sustenta materialmente. Daí porque o “piso” nasceu mais para segurar do que para levantar a temperatura valorativa do magistério. Para “dizer” o valor serve mais o salário mínimo descrito na Constituição e desmoralizado na sua miséria. (MONLEVADE, 2000, p. 269).

Deste modo, para responder as indagações propostas neste trabalho teremos como base essas definições tentando buscar o máximo aproveitamento nas aproximações realizadas na pesquisa.

Aproximações com a categoria “Precarização da Carreira Docente”

Pode-se inferir que nesta categoria a tese encontrada e os três artigos discutem a tendência da precarização nos vínculos empregatícios, na baixa remuneração dos licenciados e nas condições de exercício profissional, aumento de alunos por professor, “bem como a natureza incipiente dos mecanismos de indução e acompanhamento da atividade profissional tem sido identificados como razões para o abandono da carreira” (ALVES; AZEVEDO; GONÇALVES, 2014, p. 377-8).

Além disso, Oliveira (2004) indica que as mudanças na organização curricular e nas avaliações têm forçado os trabalhadores docentes a dominar novas práticas e novos saberes no exercício de suas funções, contudo, sem as adequações e formação necessária, contribuindo para o quadro de instabilidade e precarização do emprego no magistério público.

Gurgel (2012) relata que houve pouco avanço com relação às conquistas remuneratórias e condições de trabalho após a regulamentação do FUNDEB, comprometendo a qualidade do ensino e, destaca que os professores brasileiros com diploma superior ganham menos que a média salarial de outras profissões com semelhante grau de instrução, revelando a redução na procura pela carreira docente.

Como exemplo, demonstra por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2008 que “quem ministra aulas na educação infantil recebeu, em média, R\$ 1,7 mil, no ensino fundamental, R\$ 1,8 mil. E no ensino médio, R\$ 1,9 mil. Enquanto isso, no mesmo ano, a remuneração média de um caixa de banco foi de R\$ 2,7 mil. A de um policial, R\$ 3,3 mil, quase o dobro de um professor que atua na educação infantil. Um contador ganha até R\$ 4 mil a mais.” (GURGEL, 2012, p. 126).

Aproximações com a categoria “Remuneração Docente”

A tese de Carvalho (2012) discute que o pano de fundo revelado por meio da política de fundos é a natureza contábil adotada pelos governos para o financiamento da educação, o

qual não é composto pelas reais necessidades dos alunos e profissionais da educação. Para tal, a implementação de medidas eficazes para a resolução dos problemas no financiamento da educação passam pela quebra com a lógica capitalista. A lógica perversa de financiamento não favoreceu uma educação pública de qualidade. Embora se tenha dado um passo importante com o FUNDEB, trata-se de uma política que poupa o governo central (União) e que se mantém distante do mínimo aceitável.

Um passo importante dado pelo Custo Aluno – Qualidade Inicial (CAQi) que define qual o investimento custo-aluno inicial necessário para garantir um padrão de qualidade da educação foi dado e serviu para mostrar os limites do FUNDEB, porém este se afastou dos parâmetros definidos pelo CAQi por provocar desequilíbrio orçamentário e ultrapassar os limites mínimos obrigatórios para a manutenção e desenvolvimento do ensino, indo de encontro aos interesses dos estados e municípios, pela política econômica restritiva e monetária do governo federal, a qual define padrões de participação financeira da União mínimos. Tal ação confirma a intencionalidade tão somente econômica da administração, já que boa parte dos recursos tributários são destinados ao pagamento da dívida interna e externa do país. (CARVALHO, 2012).

Os dois artigos dessa categoria versam sobre a atratividade da carreira e o tema controverso entre salário e trabalho de qualidade, o que para algumas pesquisas o primeiro não causa grande impacto no último. Para Barbosa (2014) as comparações entre a carreira docente e outras, devem ser ponderadas pelo nível, ou seja, deve ser feita a comparação com o mesmo nível de formação e carga horária, inclusive extra e não remunerada, pois quando não observado ambos os itens as pesquisas denotam que a remuneração não é baixa por meio das generalizações feitas. A discrepância salarial entre as regiões brasileiras também é destaque.

Aproximações com a categoria “Fundo de Manutenção da Educação”

Verifica-se por meio das duas teses e uma dissertação que as políticas de fundos de manutenção da educação impuseram dispositivos para a valorização do magistério e piso salarial profissional nacional, determinando que estados e municípios se adequassem a essas regulamentações. As pesquisas revelam que, em alguns casos, fez-se o mero pagamento do salário mínimo em municípios que não cumpriam essa determinação constitucional. E, em outros casos, mesmo constatando a elevação média real da remuneração dos professores no

período, a literatura também verifica que esta tem permanecido inferior a de outros profissionais com o mesmo tempo de formação.

Para Martins (2009):

[...] cumpre assegurar: [...] – que a complementação da União ao Fundeb não iniba o exercício de sua função supletiva em situações que extrapolam a sua abrangência, como a da garantia do piso salarial nacional do magistério, que vem sendo entendido como parte integrante da complementação ao Fundeb, quando, em minha opinião, deveria ser considerada como obrigação distinta e complementar àquela já exercida no âmbito do Fundeb, sustentada por outras fontes; (MARTINS, 2009, 253-4).

Neste sentido, Borges (2007) verificou em sua dissertação que o índice do valor custo-aluno no Fundeb ainda é um valor que não operou cientificamente a ponto de responder cada diferenciação de custo por nível de ensino e por isso a eficiência para aumentar a qualidade de ensino ainda contém caráter provisório e prevê que “o país continuará dependendo de menos de 15% da renda *per capita* na educação básica, sendo que aproximadamente 2/3 desses recursos passam pelo FUNDEB. Com isso, o horizonte que se mostra com esse novo Fundo descortina uma perspectiva apenas de inclusão de alunos, com valor aluno/ano estagnado, por conseguinte sem condições potenciais de considerável elevação do nível de investimento praticado, deixando a qualidade, como ocorreu no FUNDEF em relação ao ensino fundamental, sem os recursos financeiros requeridos para sua concretização” (BORGES, 2007, p. 139, grifo do autor).

Os dois artigos sobre os fundos de manutenção da educação focalizam a intervenção estatal na oferta de um direito da cidadania, segundo Cury (2007), essa participação surgiu da constituição, impostos e obrigatoriedade do ensino fundamental. Contudo, destaca que a Constituição de 1934 já previa a racionalização dos recursos da União, assim nenhum tributo, fora os impostos únicos, teriam arrecadação vinculada à educação, diante disso é que surgiu a “prestação de assistência técnico-financeira da União para com os estados” (CURY, 2007, p. 838).

Aproximações com a categoria “Valorização Docente”

Rocha (2009) afirma em sua tese que a valorização docente teria três caminhos: necessidade de titulação acadêmica, carreira estável e progressiva, piso profissional para o magistério público, o qual inclui jornada de trabalho e formação continuada.

Neste sentido Cirilo (2012) aponta em sua dissertação que a precarização do trabalho compromete a valorização docente, assinalando que os contratos temporários no Brasil chegam a 30,7% e que 42,9% dos docentes brasileiros trabalham em dois ou mais estabelecimentos de ensino. Isso infere que há uma fragilização profissional, diante de docentes que não gozam da estabilidade do cargo, assim como uma intensificação do trabalho diante de jornadas em mais de uma instituição de ensino.

Os três artigos de periódicos analisados indicam que a realização periódica de concursos públicos contribui para a formação da identidade docente, em contrapartida, a “expansão do número de professores, em virtude da ampliação do atendimento escolar ao longo do tempo, sem a elevação proporcional de recursos financeiros para o aumento ou a manutenção da remuneração, levou a um processo de desvalorização social, econômica e salarial do docente, refletido no valor da hora-aula, e de alteração da imagem da profissão, nestes últimos anos.” (CAMARGO; MINHOTO; JACOMINI, 2014, p. 218).

A intensificação do trabalho com o aumento da jornada e a redução dos salários contribui para a desvalorização da carreira. Gatti (2012) conclui que a valorização também perpassa a questão do reconhecimento social dos professores como profissionais essenciais ao país no esforço da formação de novas gerações, esse reconhecimento decorre pela oferta de carreira digna e remuneração condizente.

Em consonância, Barbosa (2012) aponta que a desvalorização social e falta de prestígio associados à profissão docente é causada pelos salários baixos, além de afirmar que essa situação é prejudicial à qualidade do trabalho, no entanto, ao lutar por melhorias, o professor/a não é visto/a como profissional, sendo levado a se conformar com a sua “missão” de ser professor/a.

Aproximações com a categoria “Piso Salarial Profissional Nacional”

Segundo Machado (2010), por meio de sua tese, o piso salarial profissional nacional é um meio não só de valorização salarial, mas também se configura como instrumento de organização dos profissionais para maior disponibilidade na construção de melhores

perspectivas de qualidade. A implantação do piso prevê pagamento de cargo integral ao professor em única unidade de ensino e não a soma de dois cargos e com isso a garantia de disponibilização de tempo para planejamento e estudo. Além disso, o piso deve ser defendido da inflação e variar de acordo com os níveis de formação e progressão na carreira.

Dos dois artigos sobre piso salarial profissional nacional derivam as discussões sobre a dificuldade de implantação deste nas unidades subnacionais devido ao desacordo entre estados e municípios com o governo federal sobre a obrigatoriedade do piso, o que resultou na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) n. 4.167 em 28 de outubro de 2008. As limitações que pesam são: transferência de recursos entre estados e municípios, valor custo-aluno mínimo definido nacionalmente, processo de municipalização das matrículas e desigualdades regionais. A problemática é que embora instituído o piso, os estados e municípios vem operando para que os salários cheguem ao piso, mas tomam-no como teto, e não como o mínimo.

Considerações Finais

Na investigação que deu origem a esse trabalho, observou-se que a atratividade é consenso nas pesquisas que tratam sobre a remuneração docente, segundo elas os baixos salários e o desprestígio social é a premissa que afasta os bons profissionais da sala de aula à funções de gestão e os futuros profissionais à outras carreiras mais recompensatórias financeiramente.

As políticas de fundo no país demonstraram avanços e retrocessos a partir da descentralização do aparelho de Estado, o avanço, segundo as produções, aponta para a materialização do piso salarial profissional nacional para o magistério público, formulação de planos de cargos e carreira, construção de metas por meio do Plano Nacional de Educação (PNE) e investimento em formação continuada, contudo, o retrocesso, se aplica a ineficiência dos índices do valor custo-aluno que permanecem à quem do aceitável para uma educação e carreira docente de qualidade.

Com o aumento das matrículas o/a professor/a teve que lidar com um número maior de alunos, maior jornada de trabalho e menores salários depreendendo a precarização do seu trabalho. Neste sentido, as produções indicam que o trabalho docente tem sofrido a flexibilização e proletarização.

A adequação dos estados ao PSPN ainda é conflituosa. Os entes federados demonstram um poder político frente às lutas dos professores que os colocam a margem de seus direitos como profissionais, portanto, fica cada vez mais reduzida a qualidade do trabalho docente, dado que suas condições de acesso à formação, bens culturais, satisfação, remuneração condizente e valorização social são dificilmente apreciadas pelas gestões administrativas.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital: A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização**. 2ª Ed. Londrina, Praxis, 1999.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011. 1104 p. (2)

ALVES, Mariana Gaio; AZEVEDO, Nair Rios; GONÇALVES, Tereza N. R.. Satisfação e situação profissional: um estudo com professores nos primeiros anos de carreira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 2, p.365-382, abr/jun. 2014. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n2/aop1213.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

ALVES, T., PINTO, J. M. de R. **Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte**. 2011. Cadernos de Pesquisa, v. 41, n. 143, mai/ago, 2011.

BASSI, M. E. **Gestão e financiamento da educação básica: repercussões do FUNDEF em sete municípios paulistas**. 2001. (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

BARBOSA, Andreza. **As implicações dos baixos salários para o trabalho docente no Brasil**. 2012. 35º Reunião Anual da ANPED. Disponível em: <[http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT05 Trabalhos/GT05-2468_int.pdf](http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT05%20Trabalhos/GT05-2468_int.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2014.

_____, Andreza. Salários, Financiamento e Qualidade da educação no Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p.511-532, abr/jun. 2014. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362014000200009&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 jun. 2014.

BORGES, Vander Oliveira. **Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação – Fundeb: impactos financeiros junto aos governos estaduais e municipais nos primeiros cinco anos da sua implantação**. 2007. 185 f. Dissertação (mestrado)- Curso de Educação, Departamento de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2832>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

CAMARGO, Rubens Barbosa de; MINHOTO, Maria Angélica Pedra; JACOMINI, Márcia Aparecida. Carreira e remuneração do magistério no município de São Paulo: análise legislativa em perspectiva histórica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p.215-

235, jan/mar. 2014. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302014000100013&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 jun. 2014.

CARVALHO, Fabrício Aarão Freire. **Financiamento da Educação do Fundef ao Fundeb - repercussões da política de fundos na valorização docente da rede estadual de ensino do Pará – 1996 a 2009.** 2012. 267 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Departamento de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-23042012-154314/pt-br.php>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

CIRILO, Pauliane Romano. **As políticas de valorização docente no estado de Minas Gerais.** 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Departamento de Programa de Pós-graduação em Educação e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-96NFY5>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Estado e políticas de financiamento em educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p.831-855, out. 2007. Especial. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1028100.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

FERNANDES, Solange Jarcem. **A Gestão dos Fundos Contábeis Para o Financiamento do Ensino no Município de Campo Grande/MS.** 2013. 285 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

GATTI, Bernadete A.. Reconhecimento social e as políticas de carreira docente na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 145, n. 42, p.88-jan/abr. 2012. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n145/07.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

GURGEL, Rogério Fernandes. **Trabalho Docente:** políticas de financiamento da carreira e da remuneração de professores da educação básica de sistemas públicos de ensino. 2012. 225 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Departamento de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2328>. Acesso em: 22 jun. 2014.

MACHADO, Jarbas de Paula. **Piso salarial profissional nacional do magistério:** conflitos e limites de sua implantação na rede pública de Goiás. 2010. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Departamento de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Goiás, Goiás, 2010. Disponível em: <http://ppge.fe.ufg.br/uploads/6/original_Dissert-Jarbas.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2014.

MARTINS, Paulo de Sena. **O financiamento da educação básica por meio de fundos contábeis:** estratégia política para a equidade, a autonomia e o regime de colaboração entre os entes federados.. 2009. 337 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Departamento de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/6404>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. **Valorização salarial dos professores: O papel do Piso Salarial Profissional Nacional como Instrumento de Valorização dos Professores da Educação Básica Pública.** 2000. 317 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Departamento de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000217756>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

OLIVEIRA, Dalila Andrade de. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p.1127-1144, set/dez. 2004. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

ROCHA, Maria da Consolação. **Políticas de valorização do magistério: remuneração, plano de carreira, condições de trabalho - uma análise da experiência de Belo Horizonte.** 2009. 393 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Departamento de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05012010-113240/fr.php>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de; GOUVEA, Andrea Barbosa; ABREU, Diana Cristina de. Planos de carreiras da rede estadual de ensino do Paraná e da rede municipal de ensino de Curitiba: um exercício comparativo. **Educação em Foco**, Belo Horizonte, n. 19, p.301-329, jun. 2012. Semestral.